

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS)

Iguá Sergipe: Universalização de Serviços de Água e Saneamento – BRASIL

Idioma original do documento: português
Data de emissão: fevereiro de 2026

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

A Iguá Sergipe S.A. (o “Cliente”, “Iguá”, a “Companhia” ou a “SPE”) é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) constituída exclusivamente para executar o Contrato de Concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 74 municípios do Estado de Sergipe, pelo prazo de 35 anos. A Companhia é controlada pela Iguá Saneamento S.A. (o “Patrocinador”). A presente operação visa apoiar o Cliente para alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água, tratamento de esgotos e redução das perdas de água tratada (o “Projeto”). As metas do contrato de concessão preveem: i) o atendimento de até 99% da população da área da concessão com água tratada; ii) a extensão dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até alcançar a cobertura de até 90% da população da área da concessão, e iii) a redução das perdas de água tratada para 25%. Essas metas devem ser alcançadas até 2033.

O processo de Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) abrangeu: i) a aplicação de questionário sobre temas ambientais, sociais, de saúde segurança, condições laborais, controle da poluição, impactos comunitários e outros itens; ii) a revisão de diversos documentos como procedimentos, políticas, mapas, dados e arquivos referentes aos temas de gestão de riscos e impactos ambientais e sociais; iii) a visita a instalações operadas pelo Cliente e obras para vistoria dos procedimentos de controle de riscos e impactos ambientais e sociais; e iv) entrevistas com membros da Companhia e das comunidades residentes na área de influência do Projeto.

Durante o processo de Devida Diligência Ambiental e Social, os seguintes documentos foram revisados para avaliar o compromisso do Projeto com os direitos humanos e sua tolerância zero para represálias: o Código de Conduta e a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o Projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) geração de resíduos sólidos; ii) contaminação de mananciais; iii) interferências com comunidades locais; iv) interferências com o trânsito veicular; v) incremento da possibilidade de acidentes com pessoal próprio e terceiros; e vi) riscos de rupturas e vazamentos em redes e adutoras de água e esgoto. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média e são considerados limitados ao entorno dos ativos do Projeto, podendo ser gerenciados por meio de medidas de gestão prontamente disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (PS) acionados pelo projeto são: i) PS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PS2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PS3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição e iv) PS4: Saúde e Segurança da Comunidade.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

A Iguá Sergipe S.A. é uma SPE constituída para operar a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 74 municípios do Estado de Sergipe, no Brasil, no âmbito de um contrato de concessão com prazo de 35 anos. A operação atende aproximadamente 2,0 a 2,3 milhões de pessoas, representando a maior concessão do Grupo Iguá em termos de população beneficiada.

O escopo da concessão abrange a distribuição de água tratada, a coleta e o tratamento de esgoto, bem como a operação comercial e o atendimento aos usuários. No arranjo operacional adotado, a Companhia de Saneamento de Sergipe (“DESO”) permanece responsável pela produção de água tratada na maior parte do território, sendo que a Iguá Sergipe adquire essa água e realiza a distribuição final em 71 dos 74 municípios atendidos. A SPE opera diretamente sistemas produtores de água em três municípios específicos (Carmópolis, Estância e São Cristóvão).

A operação envolve a gestão de uma infraestrutura extensa e distribuída, incluindo redes de distribuição de água, redes de coleta de esgoto, estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, reservatórios, sistemas de adução e macromedicação, além de instalações operacionais e sistemas de controle. Embora os documentos disponíveis não apresentem um inventário consolidado com o número total de ativos, estes sistemas compõem o conjunto de ativos operados e mantidos pela concessionária ao longo da área de concessão.

A operação teve início em 2025, após um período de operação assistida, com registros de antecipação da entrada em operação plena em relação ao cronograma inicialmente previsto.

3.2 Riscos contextuais

O Projeto apresenta exposição relevante a riscos físicos associados às mudanças climáticas, considerando o contexto climático do Estado de Sergipe e o perfil dos ativos de saneamento operados. Dados públicos e estudos recentes^{1,2} indicam aumento da frequência e intensidade de secas e estresse hídrico, intercalados com eventos de chuvas intensas e concentradas, além de elevação das temperaturas médias e extremas. Esses fatores podem afetar a disponibilidade hídrica dos mananciais, a continuidade e confiabilidade do abastecimento, a eficiência de estações de tratamento de esgoto, e a integridade de ativos expostos a inundações urbanas e fluviais, especialmente em áreas costeiras e densamente urbanizadas. No médio e longo prazo, há ainda riscos localizados associados à elevação do nível do mar e à salinização de aquíferos

¹ Castelhana, F. J.; Pinto, J. E. S. S. (2022) Tendências e alterações climáticas no Estado de Sergipe, nordeste do Brasil. Revista do Departamento de Geografia – Universidade de São Paulo (USP).

² Santos, J. S. (2023) Extremos climáticos de precipitação: uma análise de distribuição espacial e tendências em Sergipe, Brasil. Anais do XV Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe – ABRHidro.

costeiros, reforçando a necessidade de uma gestão estruturada de riscos climáticos físicos e de medidas de adaptação ao longo da concessão.

A percepção da população sobre os serviços de água e esgoto em Sergipe é marcada por histórico de insatisfação associado à operação da DESO e por expectativas elevadas em relação à Iguá Sergipe após a concessão. A persistência de intermitências no abastecimento durante a fase inicial da nova operação, amplamente divulgada pela mídia e reconhecida por ações regulatórias, reforça o risco de associação reputacional entre falhas estruturais herdadas e a atuação da concessionária privada. A limitada compreensão pública sobre a divisão de responsabilidades entre DESO e Iguá aumenta a probabilidade de que problemas históricos e sistêmicos sejam atribuídos à Iguá Sergipe, configurando um risco social e reputacional relevante que exige estratégias robustas de comunicação, engajamento comunitário e gestão de expectativas.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

A Companhia se encontra em um estágio inicial de maturidade de seu sistema de avaliação e gestão ambiental e social, ainda em processo de consolidação no nível da SPE. Embora conte com políticas, diretrizes e procedimentos corporativos do Grupo Iguá, a implementação efetiva de um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) integrado e plenamente operacional em Sergipe ainda não foi concluída. Neste sentido, a SPE desenvolverá e implementará um Sistema de Gestão Ambiental e Social (“SGAS”) alinhado às melhores práticas internacionais para assegurar a gestão adequada de riscos e impactos socioambientais.

O sistema de licenciamento ambiental da Iguá Sergipe S.A. encontra-se em fase de regularização progressiva, refletindo a incorporação de um conjunto amplo de passivos e não conformidades ambientais pré-existentes herdados da operação anterior. Os diagnósticos técnicos indicam que diversos ativos de abastecimento de água e esgotamento sanitário operam sem licenças ambientais válidas ou sem outorgas de uso de recursos hídricos, incluindo estações de tratamento, sistemas de captação e unidades operacionais em diferentes regionais do estado, o que configura não conformidades legais relevantes. A Companhia tem reconhecida essa situação e mantém processos em andamento para regularização ambiental, transferência de titularidade, obtenção de licenças, autorizações e outorgas, com apoio de consultoria especializada e alocação de recursos técnicos e institucionais. O Cliente desenvolverá e implementará um Plano Integrado de Regularização Ambiental visando atingir completa regularidade com os requisitos normativos no menor prazo possível.

4.1.b Política

A Política Integrada de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho (“SSO”) e Compliance Patrocinador estabelece os compromissos corporativos com a qualidade dos serviços, a conformidade legal, a prevenção e mitigação de impactos ambientais, a proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, a ética e integridade, e o desenvolvimento socioambiental das comunidades, aplicando-se a todas as operações do grupo, incluindo a Iguá Sergipe. No

entanto, esta será revisada para reforçar seu caráter operacional e sua aderência aos requisitos das melhores práticas internacionais.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

O Cliente possui um Procedimento para Levantamento de Aspectos e Impactos Socioambientais (“LAISA”) que será revisado e aprimorado para fortalecer seu papel como instrumento central do SGAS. As melhorias incluem a incorporação explícita de riscos e impactos sociais, de saúde e segurança da comunidade, riscos climáticos físicos e impactos cumulativos, atualmente tratados de forma limitada, bem como a padronização de critérios de significância e a atualização periódica e documentada das matrizes de riscos.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

A operação da Iguá Sergipe apresenta impactos diretos associados ao uso e gestão de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao risco de extravasamentos e falhas operacionais, e à geração de resíduos e lodos, especialmente em ativos herdados com fragilidades operacionais e de licenciamento. Os impactos sociais diretos concentram-se na continuidade e qualidade do abastecimento, nos riscos à saúde e segurança da comunidade em caso de interrupções ou acidentes, e na interação com comunidades afetadas por obras e intervenções operacionais. De forma indireta, a operação está exposta a riscos climáticos físicos (secas, estresse hídrico, chuvas intensas), a riscos regulatórios e reputacionais decorrentes de passivos ambientais herdados e intermitências iniciais, e à associação da percepção pública negativa histórica da DESO à Iguá Sergipe, exigindo gestão estruturada de riscos, comunicação ativa e implementação efetiva do SGAS.

4.1.c.ii Análise de alternativas

Atualmente, o Cliente não dispõe de procedimentos formalizados e sistemáticos para a análise de alternativas locais e tecnológicas de novos ativos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando de forma integrada os aspectos ambientais e sociais, incluindo riscos à biodiversidade, impactos sociais, saúde e segurança da comunidade, povos indígenas e patrimônio cultural. A SPE desenvolverá e implementará um procedimento específico de análise de alternativas locais e tecnológicas, a ser incorporado aos processos de planejamento e desdobramento do capital de inversões (“CAPEX”), contemplando a avaliação preliminar de riscos e impactos ambientais e sociais antes da definição de projetos e intervenções.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

A análise preliminar dos impactos cumulativos demonstra que o Projeto será benéfico para alguns importantes Componentes Socioambientais Valorizados (“CSAV”), como: i) a descontaminação de diversos cursos hídricos que atualmente recebem esgoto doméstico sem tratamento em toda a área da Concessão; ii) a recuperação da biota aquática em cursos d'água que historicamente foram afetados por esgoto sem tratamento; iii) a redução na proliferação de vetores de doenças transmitidas pela água; e iv) a saúde pública, que será beneficiada pelo fornecimento de água potável onde este serviço não está disponível atualmente. Os impactos agregados de outros projetos passados, em execução e previstos para ser executados no futuro consideram-se não materiais.

4.1.c.iv Riscos de gênero

Dados oficiais recentes indicam que a violência de gênero permanece um risco social estrutural relevante no Brasil, apesar da redução das taxas gerais de homicídio. O Atlas da Violência 2025, elaborado pelo IPEA³ em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (“FBSP”), aponta que 3.903 mulheres foram assassinadas no país em 2023, o que corresponde a uma média de 10 mulheres mortas por dia, representando um aumento de 2,5% em relação a 2022, mesmo em um contexto de queda da violência letal geral. O relatório também registra 275.275 atendimentos a mulheres vítimas de violência em 2023, um aumento de 24,4% em relação ao ano anterior, com predominância de violência doméstica e familiar, que respondeu por 64,3% dos casos, indicando que a violência de gênero no Brasil se manifesta majoritariamente de forma não letal e recorrente, especialmente no ambiente doméstico.

No Estado de Sergipe, os indicadores oficiais revelam um cenário contrastante. Segundo o Atlas da Violência 2025, o estado registrou, em 2023, uma taxa de 3,3 mortes de mulheres por 100 mil habitantes, a menor do Nordeste, refletindo uma redução acumulada de aproximadamente 34% entre 2013 e 2023. No entanto, a Pesquisa Estadual de Violência contra a Mulher – Sergipe (DataSenado, 2024) indica que cerca de 27% das mulheres sergipanas relataram já ter sofrido violência doméstica ou familiar ao longo da vida, e 18% declararam ter vivenciado algum tipo de violência nos 12 meses anteriores à pesquisa, com destaque para violência psicológica e moral, frequentemente não denunciadas. Esses dados evidenciam que, apesar da redução da violência letal, a violência de gênero não letal permanece disseminada no estado.

Nesse contexto, os indicadores oficiais mais recentes reforçam que a violência de gênero constitui um risco social contextual relevante para operações de infraestrutura no Brasil e em Sergipe, especialmente aquelas que envolvem obras, mobilização de mão de obra, atuação de terceiros e interação contínua com comunidades. Esse risco pode se materializar por meio de assédio, intimidação ou violência envolvendo trabalhadoras, usuárias dos serviços ou moradoras das áreas de influência, exigindo que o projeto adote medidas preventivas proporcionais, incluindo capacitação específica, mecanismos de queixas acessíveis e sensíveis a gênero, e articulação com redes locais de proteção, em linha com as melhores práticas internacionais.

4.1.c.v Programas de gênero

O Cliente assume o compromisso de prevenir a discriminação, o assédio e a violência baseada em gênero, promovendo um ambiente de trabalho e de relacionamento com comunidades seguro, inclusivo e livre de retaliação, em alinhamento com as políticas corporativas do Grupo Iguá. Para fortalecer a prevenção desse risco no Projeto, o Cliente desenvolverá e implementará: (i) um Plano de Ação Local de Diversidade, com foco em inclusão de gênero e minorias, metas, indicadores e reporte; (ii) sessões de capacitação obrigatória de trabalhadores próprios e terceirizados sobre assédio, violência baseada em gênero (“VBG”) e não retaliação; (iii) procedimentos específicos de queixas para trabalhadores e terceiros, com confidencialidade, prazos definidos e sensibilidade a casos de VBG, integrados ao SGAS; e (iv) o fortalecimento das equipes socioambientais, a capacitação de fornecedores e empresas contratadas, especialmente no contexto de obras, e o uso dos mecanismos de queixas como ferramenta de

³ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (“Ipea”) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

identificação e gestão preventiva de riscos sociais, assegurando uma abordagem sistêmica e proporcional ao contexto do Projeto.

4.1.c.vi Exposição às mudanças climáticas

O Projeto está exposto aos seguintes riscos associados às mudanças climáticas: i) secas, escassez hídrica e alterações no regime de precipitação (moderado), ii) inundações fluviais (moderado a alto), e iii) elevação do nível do mar e ondas de calor (alto), com potenciais impactos sobre a disponibilidade e qualidade da água, a eficiência dos processos de tratamento, a integridade de ativos, e a continuidade dos serviços, especialmente em áreas costeiras e urbanas vulneráveis.

O Cliente está em processo de elaboração de um Plano de Segurança Hídrica, com foco sistêmico na resiliência, confiabilidade e continuidade do abastecimento de água ao longo da concessão, complementado por um Plano de Segurança da Água, mais direcionado aos riscos operacionais associados aos ativos, à qualidade da água e aos processos de controle. Esses instrumentos visam fortalecer a gestão de riscos hídricos em um contexto de intermitências, redução de perdas, variabilidade climática e dependência da captação e tratamento realizados pela DESO, integrando-se a ações como setorização, macro e micromedição, monitoramento contínuo da qualidade da água, uso de telemetria e reforço da capacidade operacional.

Complementarmente, o Cliente desenvolverá e implementará um Programa específico de Avaliação e Mitigação de Riscos e Impactos associados à Mudança Climática, integrado ao SGAS, contemplando: (i) a identificação sistemática de riscos climáticos físicos; (ii) a avaliação de vulnerabilidade dos ativos existentes e planejados; e (iii) a definição de medidas de adaptação e resiliência, incluindo a incorporação de critérios climáticos no planejamento operacional e no desdobramento do CAPEX, de modo a fortalecer a resiliência climática do Projeto.

4.1.d Programas de gestão

A gestão de riscos e impactos sociais do Cliente baseia-se atualmente em políticas e instrumentos corporativos do Grupo Iguá (Código de Conduta; Política de Diversidade, Equidade e Inclusão; Política Integrada de Qualidade, Meio Ambiente, SSO e Compliance; procedimento LAISA e o Canal de Denúncias) que são complementados por práticas operacionais de relacionamento comunitário, gestão de queixas e acompanhamento social de obras, porém ainda sem um SGAS formalizado e integrado no nível da SPE.

O Cliente fortalecerá a sua capacidade de gestão de riscos e impactos socioambientais mediante: (i) a implementação de um SGAS integrado, incluindo o fortalecimento do LAISA para incorporar riscos sociais, cumulativos, climáticos e de gênero; (ii) a formalização de procedimentos e programas adicionais (como Plano de Engajamento de Partes Interessadas, mecanismos de queixas integrados ao SGAS, Plano de Ação Local de Diversidade e programas de capacitação sobre assédio, VBG e não retaliação); e (iii) o reforço da capacidade organizacional, transformando práticas hoje fragmentadas em um sistema integrado, coerente e auditável de gestão de riscos e impactos sociais.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

A capacidade organizacional da Iguá Sergipe para a gestão de riscos e impactos socioambientais é atualmente suportada por equipes dedicadas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança

Ocupacional (“SSO”) e Responsabilidade Social, com estrutura formalizada, porém ainda limitada frente à escala da concessão que abrange 74 municípios.

A área de Meio Ambiente conta com: i) 1 Coordenador Ambiental, ii) 3 Analistas de Meio Ambiente (níveis júnior e sênior), iii) 2 Assistentes de Meio Ambiente e iv) 1 Auxiliar Administrativo, responsáveis por licenciamento, condicionantes, monitoramento e suporte às obras. A área de SSO dispõe de: i) 1 gerente, ii) 10 técnicos de segurança, iii) 1 médico, iv) 1 enfermeira e v) 2 técnicos de enfermagem, atuando no controle de riscos ocupacionais e de terceiros. O time de Responsabilidade Social apresenta estrutura mais capilarizada, com: i) 1 gerente, ii) 1 coordenadora, iii) 1 supervisor e iv) 9 analistas sociais regionalizados, apoiados por equipe operacional, permitindo atuação territorial, gestão de queixas e acompanhamento social de obras.

Essa complementada será reforçada pelo Cliente mediante o reforço das equipes socioambientais e sociais, a ampliação da cobertura territorial, a capacitação sistemática das equipes próprias e terceirizadas, e a formalização de um SGAS integrado, com procedimentos, programas e responsabilidades claramente definidos, assegurando que a capacidade organizacional seja proporcional aos riscos e impactos do Projeto.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

A capacidade de resposta a emergências do Cliente é atualmente parcialmente estruturada e predominantemente reativa, apoiada em medidas operacionais como reservatórios para suprimento temporário, monitoramento remoto dos sistemas com Centro de Controle Operacional (“CCO”) e telemetria, protocolos de SSO para acidentes de trabalho e práticas de resposta a eventos como vazamentos, extravasamentos e desvios de qualidade da água. Por isso, o Cliente desenvolverá e implementará Planos de Preparação e Resposta a Emergências (“PPRE”) específicos para os Sistemas de Abastecimento de Água (“SAA”) e de Esgotamento Sanitário (“SES”), contemplando cenários de risco, papéis e responsabilidades, comunicação interna e externa, articulação institucional, recursos para resposta, realização de simulados e ações pós-evento, com integração ao SGAS permitindo a evolução para uma capacidade preventiva, coordenada e auditável, proporcional à escala da concessão.

4.1.g Monitoramento e análise

A capacidade atual do Cliente para monitoramento e análise de riscos e impactos socioambientais é funcional, porém fragmentada, apoiada em instrumentos e práticas operacionais específicas, como monitoramento regulatório de licenças e condicionantes, controle operacional da qualidade da água e efluentes, telemetria e CCO para acompanhamento de sistemas, registros de SSO, gestão de queixas e relatórios periódicos a órgãos reguladores. Entretanto, ainda não possui um sistema integrado de monitoramento e análise no nível da SPE, com indicadores consolidados, avaliação sistemática de desempenho socioambiental, auditorias internas regulares e reporte estruturado, o que limita a capacidade de análise transversal, de identificação precoce de desvios e de retroalimentação do processo decisório. Neste sentido, o Cliente desenvolverá e implementará um SGAS integrado que (i) lhe permita evoluir de um modelo predominantemente operacional e reativo para um sistema estruturado, preventivo e auditável de monitoramento e análise socioambiental, proporcional à escala e complexidade da concessão; (ii) consolide mecanismos formais de monitoramento, auditoria interna, reporte e melhoria contínua; (iii) revise e fortaleça o LAISA com (a) atualizações periódicas das matrizes de riscos e impactos, (b) a integração de indicadores ambientais e sociais ao SGAS, e (c) o

aprimoramento dos procedimentos de auditoria interna, incluindo a verificação da eficácia das medidas de gestão.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

O Cliente realiza atualmente atividades recorrentes de engajamento de atores sociais, conduzidas principalmente pela área de Responsabilidade Social, incluindo mapeamento de lideranças e organizações locais, visitas porta a porta, reuniões participativas, plantões sociais, ações de educação ambiental, comunicação comunitária e acompanhamento social de obras, além de programas socioeducativos e de voluntariado corporativo alinhados aos pilares do Patrocinador. Essas iniciativas demonstram presença territorial e capacidade operacional de relacionamento, porém permanecem fragmentadas e pouco sistematizadas, uma vez que o Cliente ainda não possui um Plano de Engajamento de Partes Interessadas (“PEPI”) formalizado, integrado ao SGAS, nem procedimentos estruturados para consulta significativa, priorização de stakeholders por risco, registro de feedback e uso do engajamento como ferramenta preventiva de gestão socioambiental.

Por esse motivo e para fortalecer sua capacidade de gerir riscos e impactos sociais de forma estruturada e preventiva, o Cliente desenvolverá e implementará um PEPI específico para a concessão, com identificação e análise sistemática de partes interessadas, estratégias de engajamento contínuo, abordagens diferenciadas para grupos vulneráveis, indicadores de desempenho e integração aos mecanismos de queixas e ao SGAS.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

O Patrocinador disponibiliza mecanismos formais de comunicação e escuta aplicáveis tanto no nível corporativo quanto na SPE Igua Sergipe. No âmbito corporativo, destaca-se o Canal de Denúncias, operado por empresa independente, acessível por telefone⁴, website⁵ e estão aptos a receber denúncias anônimas, sendo utilizados para o registro de relatos relacionados a ética, compliance, discriminação, assédio, violência baseada em gênero e não retaliação, com apuração confidencial e imparcial. No nível da SPE Sergipe, esses mecanismos são complementados por canais operacionais de atendimento ao cliente, meios digitais de comunicação comunitária (como WhatsApp), plantões sociais, reuniões participativas e visitas porta a porta, conduzidos pelas equipes de Responsabilidade Social, permitindo a recepção de demandas e queixas territoriais e sua articulação com as áreas técnicas para resposta.

Apesar da diversidade de canais, esses mecanismos ainda operam de forma fragmentada, com integração limitada à avaliação de riscos e ao SGAS. Por esse motivo, o Cliente fortalecerá esses canais por meio da implementação de um PEPI e da integração formal dos mecanismos de comunicação e queixas ao SGAS, com definição de fluxos, responsabilidades, indicadores de desempenho e reporte periódico, visando consolidar a comunicação como instrumento estruturante de gestão preventiva de riscos sociais.

⁴ 0800 724 0784 e 0800 721-0784

⁵ www.canaldedenuncia.com.br/igua/

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

Em dezembro de 2025 o Cliente contava com 417 colaboradores próprios, além de trabalhadores terceirizados. Do quadro próprio, 126 colaboradores são mulheres (30%) e 291 são homens (70%), com presença de ambos os gêneros em diferentes níveis hierárquicos. Contudo, nos cargos de gestão e liderança, a participação feminina era de 17%, frente a 83% de homens, indicando uma assimetria de gênero nas posições decisórias.

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

A gestão de Recursos Humanos do Cliente baseia-se atualmente em políticas corporativas do Patrocinador, aplicáveis à SPE, incluindo a Política de Recursos Humanos, o Código de Conduta e a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que estabelecem princípios de não discriminação, proibição de trabalho infantil e análogo ao escravo, prevenção ao assédio moral e sexual, respeito aos direitos humanos e garantia de canais de denúncia confidenciais e anônimos. Os documentos confirmam que a contratação e a gestão trabalhista observam a legislação trabalhista brasileira, especialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”)⁶ e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho sobre temas de SSO, dentre outros regulamentos.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

Os regimes de trabalho compreendem jornadas administrativas regulares (segunda a quinta-feira das 08h00 às 18h00; sexta-feira das 08h00 às 17h00) e escala 12x36⁷ para funções operacionais, compatíveis com a natureza essencial dos serviços de saneamento.

Além da remuneração salarial, o Patrocinador oferece aos seus funcionários diretos um pacote de benefícios corporativos que inclui plano de saúde e plano odontológico, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, vale-transporte ou transporte fretado, e, para cargos elegíveis, Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”). O conjunto de benefícios é complementado por programas de treinamento e capacitação profissional, iniciativas de desenvolvimento de carreira, e, para determinadas funções administrativas, jornada flexível e modalidades de trabalho remoto, além de benefícios operacionais específicos conforme a função, como estacionamento, telefone corporativo ou veículo de uso profissional. Esses benefícios refletem a prática do Grupo de oferecer condições complementares de bem-estar, proteção social e desenvolvimento aos seus colaboradores diretos, sujeitas à elegibilidade por cargo, localidade e regime de trabalho.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

O Cliente respeita a liberdade de associação e organização sindical, em conformidade com a legislação trabalhista brasileira. Atualmente possui 417 colaboradores próprios, dos quais 42 (≈10%) estão filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe (“SINDISAN”). No entanto, as

⁶ Decreto-Lei Nº 5.452/1943.

⁷ A escala de trabalho 12x36 é um regime onde o funcionário trabalha 12 horas consecutivas (geralmente com 1 hora de intervalo) e descansa as 36 horas seguintes.

negociações para alcançar um Acordo Coletivo de Trabalho (“ACT”) formalizado estão sendo conduzidas pelas áreas de RH e Jurídico. Até a formalização, do novo acordo, as condições de trabalho são regidas pela CLT, políticas corporativas do Grupo Iguá e contratos individuais, sem registro de greves ou conflitos coletivos relevantes.

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

O Cliente aplica as políticas corporativas do Patrocinador de não discriminação e igualdade de oportunidades, incluindo o Código de Conduta e a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, que asseguram respeito aos direitos humanos, combate à discriminação e ao assédio, e promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, abrangendo gênero, raça, pessoas com deficiência, diversidade geracional, religiosa e LGBTQIA+. Embora essas diretrizes sejam válidas para a SPE, sua operacionalização local ainda está em consolidação. Por este motivo, o Cliente desenvolverá e executará um Plano de Ação Local de Diversidade, com metas, indicadores e reporte periódico, além de proporcionar capacitações em assédio, violência baseada em gênero e não retaliação e da integração dos mecanismos de queixas ao SGAS, fortalecendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

4.2.a.v Redução de pessoal

O Cliente não possui, até o momento, registros de demissões coletivas nem previsão formal de redução significativa de pessoal, o que é consistente com o início recente da operação da concessão e com a fase atual de estruturação organizacional da SPE. A gestão de desligamentos individuais é realizada em conformidade com a legislação trabalhista brasileira (CLT) e com as políticas corporativas de Recursos Humanos, incluindo o respeito aos direitos rescisórios legais e aos princípios de não discriminação e igualdade de oportunidades.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

O Cliente disponibiliza canais formais de recebimento de queixas acessíveis a empregados próprios e terceiros, em especial o Canal de Denúncias corporativo⁸, operado por empresa independente, que assegura anonimato, confidencialidade e não retaliação e está apto a receber manifestações relacionadas a ética, compliance, discriminação, assédio e violência baseada em gênero, sendo, portanto, utilizável por trabalhadores. No entanto, desenvolverá um procedimento específico de queixas de trabalhadores, integrado ao SGAS e alinhado ao canal corporativo, com fluxos claros, prazos, responsabilidades, registro, confidencialidade e reporte periódico no RCAS, fortalecendo a gestão preventiva de riscos trabalhistas.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

O Cliente adota provisões explícitas contra o trabalho análogo ao escravo e o trabalho infantil por meio do arcabouço normativo corporativo do Patrocinador, aplicável à SPE. O Código de Conduta estabelece a proibição absoluta de qualquer forma de trabalho forçado, trabalho escravo ou mão de obra infantil, vedando a contratação de menores de 16 anos, salvo na condição legal de menor aprendiz, e proibindo relações comerciais com terceiros que descumpram a legislação vigente, com previsão de reporte obrigatório ao Canal de Denúncias em caso de violação.

⁸ Acessível por telefone (0800 724 0784 / 0800 721-0784) e website (www.canaldedenuncia.com.br/iguá/).

De forma complementar, a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão define conceitualmente trabalho escravo e trabalho infantil, reafirma o compromisso com os Direitos Humanos e orienta a prevenção de condições degradantes, jornadas exaustivas e restrição de liberdade, aplicando-se a empregados próprios e terceiros.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

Os documentos confirmam o compromisso da SPE Sergipe com o cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (“NR”) do Ministério do Trabalho. O Cliente gerencia os riscos de SSO com base em políticas e procedimentos corporativos do Patrocinador, aplicáveis à SPE, incluindo: i) a Política Integrada de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho e Compliance; ii) procedimentos formais de identificação, avaliação e controle de riscos; e iii) a atuação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (“CIPA”) instituídas nas três regionais da operação.

A SPE mantém monitoramento sistemático de indicadores de SSO, incluindo taxas de frequência e gravidade de acidentes (com e sem afastamento), dias perdidos, quase-acidentes, e análise de causas, com registros consolidados e possibilidade de desagregação por gênero. A gestão de SSO é complementada por programas regulares de capacitação e treinamentos obrigatórios, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (“EPI”) adequados às funções e ao porte físico dos trabalhadores, e diretrizes específicas para empresas contratadas, vinculando fornecedores ao cumprimento dos requisitos de SSO.

Desde o início da concessão, O Cliente mantém o monitoramento sistemático dos indicadores reativos de Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo Taxa de Frequência (“TF”)⁹ e Taxa de Gravidade (“TG”)¹⁰, com segregação entre empregados próprios e contratadas. De acordo com os registros consolidados até dezembro de 2025, a Taxa de Frequência de acidentes apresentou variação ao longo do período, atingindo em dez/25 valores de 93,6 para empregados próprios e 118,3 para contratadas, refletindo a ocorrência de acidentes com afastamento registrados no período, enquanto a Taxa de Gravidade alcançou 2,2 para empregados próprios e 14,1 para contratadas em dez/25, em função do número de dias perdidos associados aos acidentes com afastamento. No período analisado, não foram registrados óbitos, embora tenha ocorrido um acidente grave com amputação envolvendo contratada, devidamente registrado e acompanhado.

Os indicadores são acompanhados mensalmente, analisados quanto à tipologia e causas e utilizados como base para ações corretivas e preventivas, em conjunto com o fortalecimento dos indicadores proativos, em alinhamento com o compromisso da SPE com a melhoria contínua do desempenho em SSO e com o cumprimento das NR.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

A Iguá adota as políticas corporativas do Patrocinador voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, em especial a Política de Diversidade, Equidade e Inclusão e o Código de Conduta,

⁹ A Taxa de Frequência (TF) é um indicador de saúde e segurança do trabalho que mede a ocorrência de acidentes de trabalho em relação à exposição ao risco, expressando o número de acidentes registrados para cada 1.000.000 de horas-homem trabalhadas em um determinado período.

¹⁰ A Taxa de Gravidade (TG) é um indicador complementar que mede a severidade dos acidentes de trabalho, expressando o número de dias perdidos e dias debitados em função de acidentes para cada 1.000.000 de horas-homem trabalhadas em um determinado período.

que asseguram igualdade de oportunidades, combate ao capacitismo e ambiente de trabalho livre de discriminação, em alinhamento com a legislação trabalhista brasileira. A SPE conta atualmente com 12 colaboradores com deficiência em seu quadro próprio.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

Os principais riscos de violações aos direitos humanos estão vinculados à gestão trabalhista de empresas contratadas. A Iguá aplica as políticas e diretrizes corporativas do Patrocinador para a gestão de trabalhadores terceirizados, com destaque para a Política de Relacionamento com Terceiros e a Diretriz Técnica QSSMARS, que estabelecem requisitos de devida diligência, contratação, integração, treinamentos obrigatórios, supervisão em campo e monitoramento de desempenho em temas de SSO, meio ambiente, compliance e responsabilidade social. No nível da SPE, o Cliente fortalecerá a gestão da cadeia de suprimentos, com avaliação de riscos, planos de ação corretivos, capacitação de terceiros, mecanismos de queixas aplicáveis e reporte periódico.

4.2.f Cadeia de abastecimento

O Cliente revisará os procedimentos de gestão de fornecedores para incluir critérios de risco, planos de ação corretivos e auditorias ou verificações independentes.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

A Iguá opera sistemas intensivos em energia elétrica, associados principalmente ao bombeamento, adução e tratamento de água e esgoto, sendo o consumo energético um componente relevante dos custos operacionais. Tendo assumido a concessão em meados de 2025, o Cliente está consolidando os dados referentes ao consumo energético da Companhia.

No que se refere à gestão da água, a concessão atende cerca de 2,3 milhões de pessoas em um contexto de infraestrutura historicamente degradada, com perdas de água elevadas herdadas no início da operação, que atingem aproximadamente 78% em algumas regiões, sobretudo no Sertão, em função de vazamentos crônicos, fraudes e furtos de água em adutoras. Para enfrentar esse cenário, a SPE implementou um programa estruturado de combate a perdas, incluindo macromedição, substituição de hidrômetros, inspeções em campo e aéreas com drones, correção de vazamentos, repressão a fraudes e regularização de ligações, com apoio de órgãos públicos.

A concessionária estabeleceu como meta reduzir as perdas para 25% em até 8 anos, apoiada por um plano de investimentos, voltado à modernização de redes, setorização, reforço de adutoras, ampliação de reservatórios e melhoria da eficiência operacional, em alinhamento com os compromissos de sustentabilidade do Projeto.

A SPE desenvolverá e implementará um Programa Integrado de Eficiência de Recursos para assegurar a mensuração e controle periódicos dos indicadores de perdas de água e eficiência energética.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

O Cliente iniciou o monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (“GEE”) no âmbito da concessão, estando o inventário de gases da SPE em construção para o ano-base 2025, com previsão de disponibilização dos dados no primeiro trimestre de 2026. O Cliente seguirá os procedimentos do Patrocinador para a elaboração e publicação de inventários corporativos de GEE em outras concessões, em conformidade com o Programa Brasileiro GHG Protocol.

4.3.a.ii Consumo de água

A operação da SPE ocorre em um contexto de sistemas historicamente degradados, especialmente em áreas do Sertão e do Agreste do Estado de Sergipe, com elevada vulnerabilidade hídrica e infraestrutura deficiente, o que se reflete em altos índices de perdas de água herdadas no início da concessão. Os dados apresentados indicam que, em determinadas regiões — em especial na Regional Norte —, foram identificadas perdas extremamente elevadas, da ordem de 78%, associadas principalmente a vazamentos crônicos, fraudes de grande porte e furtos de água em adutoras, muitas vezes localizados em áreas rurais de difícil acesso.

Para enfrentar esse cenário, a Iguá Sergipe estruturou um programa robusto de combate a perdas, incluindo implantação de macromedição, substituição de hidrômetros, inspeções em campo e aéreas (uso de drones), identificação e correção de vazamentos, repressão a fraudes, regularização de ligações e ações integradas com o Ministério Público e forças de segurança. Projetos específicos, como o Projeto SE Liga e intervenções piloto em sistemas do Sertão, já apresentaram resultados preliminares relevantes, com centenas de irregularidades identificadas e vazamentos corrigidos.

4.3.b Prevenção da poluição

A SPE herdou um conjunto relevante de passivos ambientais pré-existent, associados principalmente a unidades de tratamento de esgoto, estações elevatórias, Estações de Tratamento de Água (“ETA”) e Estações de Tratamento de Esgotos (“ETE”) em condições operacionais e ambientais deficientes. O Diagnóstico de Passivos Ambientais Potenciais, elaborado nos primeiros meses da operação, abrangeu dezenas de ETes, ETAs e centenas de ativos menores, identificando não conformidades recorrentes, incluindo extravasamentos e vazamentos de esgoto, vazamentos e manuseio inadequado de produtos químicos, disposição irregular de resíduos e ausência de controles físicos adequados, com registros de contaminação ou risco de contaminação do solo e de recursos hídricos em diferentes municípios e regionais do estado.

De forma específica, os diagnósticos técnicos apontaram unidades com evidências de vazamento de efluentes e de produtos químicos diretamente no solo, associadas a falhas estruturais, sistemas obsoletos, ausência de impermeabilização, deficiência de contenções secundárias e práticas operacionais inadequadas herdadas da operação anterior. Esses passivos representam riscos ambientais, regulatórios e potenciais riscos à saúde pública, especialmente em áreas com proximidade a corpos hídricos, áreas habitadas e zonas rurais sensíveis.

Para remediar os passivos detectados, a SPE desenvolverá o Plano Integrado de Regularização Ambiental e, permitindo a distinção entre passivos herdados e obrigações da atual concessionária. Além disso a Iguá desenvolverá um Programa de Recuperação dos Ativos da

Concessão visando prevenir e remover fontes de contaminação dos solos e corpos hídricos por resíduos e efluentes.

4.3.b.i Resíduos

A Iguá registra e controla os resíduos gerados por suas operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário por meio de inventários operacionais por unidades/regionais, com rastreabilidade via Manifestos de Transporte de Resíduos Sólidos (“MTR”) e Certificados de Destinação Final (“CDF”), embora ainda não exista um inventário consolidado no nível da concessão. A destinação dos resíduos é realizada por empresas licenciadas, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

Desde o início da Concessão, entre maio e dezembro de 2025 foram registradas 607,07 toneladas (“t”) de resíduos, incluindo resíduos não perigosos e perigosos. Os resíduos não perigosos incluem: i) resíduos de desarenação (357,06 t); ii) poda (110,56 t); iii) lodos de ETE (42,48 t); iv) lodo de fossas séptica (11,22 t) e v) outros resíduos urbanos (17,10 t). Os resíduos perigosos incluem: i) perigosos não especificados (21,33 t) e ii) embalagens contaminadas por substâncias perigosas (0,28 t).

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”) da SPE Sergipe encontra-se em elaboração, não havendo ainda um inventário consolidado no nível da concessão que sistematize, de forma integrada, a origem, tipologia, volumes, classificação e fluxos de manejo dos resíduos (segregação, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final), conforme exigido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos¹¹. A gestão atual está concentrada na destinação final, com limitações na aplicação da hierarquia de resíduos (não geração, redução, reutilização e reciclagem) e ausência de metas formais de minimização ou reaproveitamento, incluindo para lodos de ETA e ETE, cuja destinação permanece majoritariamente em aterros licenciados, enquanto alternativas de reaproveitamento seguem em avaliação preliminar.

A SPE aperfeiçoará a sua gestão integrada de resíduos, incluindo: i) a finalização e implementação dos PGRS para todos os ativos; ii) a consolidação do inventário de resíduos no nível da concessão com rastreabilidade por tipo, volume e destinação; iii) a incorporação da hierarquia de resíduos (prevenção, redução, reuso, reciclagem e destinação final), inclusive para resíduos perigosos; e iv) um Plano de Gestão de Lodos de ETA e ETE com avaliação de alternativas de reaproveitamento e redução de aterro.

A SPE assegurará o atendimento aos requisitos normativos referentes à potabilidade da água¹² e a qualidade dos efluentes tratados¹³. Neste sentido, o Cliente: (i) reportará os resultados do monitoramento da qualidade da água tratada e da eficiência do tratamento de esgotos, assegurando conformidade legal contínua; e (ii) apresentará planos de ação corretiva em caso de desvios, bem como relatórios sobre a eficiência das ETEs.

¹¹ Lei nº 12.305/2010.

¹² Atendimento dos requisitos da Portaria GM/MS nº 888/2021.

¹³ Atendimento dos requisitos da Resolução CONAMA nº 430/2011.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

Além de desenvolver e implementar o Plano Integrado de Regularização Ambiental para remediar os passivos herdados nos ativos de saneamento e assegurar a gestão correta de produtos químicos, o Cliente implementará seu Procedimento de Gestão de Produtos Químicos¹⁴ nos ativos da concessão. Também desenvolverá e implementará um Plano de Gestão e Substituição de Gases Refrigerantes, alinhado ao Protocolo de Montreal, com base em um inventário completo dos equipamentos que utilizam substâncias controladas, assegurando a eliminação progressiva de gases vedados ou em fase de retirada, a adoção de alternativas ambientalmente adequadas, e a integração desse controle ao SGAS.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

A SPE não manejará pesticidas em suas operações. No entanto, de ser necessário, utilizará produtos que não estejam catalogados pela Lista de Classificação de Pesticidas de Acordo com o Dano da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) da Classe Ia (extremamente perigoso) ou Ib (altamente perigoso).

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

Projetos de água e saneamento geram impactos positivos estruturais para a saúde pública, porém implicam riscos temporários e operacionais à comunidade externa, sobretudo associados às obras de expansão de redes, que podem causar: (i) interferências no tráfego; (ii) restrição de acessos; (iii) ruído; (iv) poeira; (v) riscos de acidentes; (vi) interrupções temporárias do abastecimento; e (vii) incômodos à população, com maior sensibilidade em áreas densamente ocupadas ou vulneráveis.

De forma secundária, destacam-se riscos de eventos emergenciais, como rompimentos de adutoras de água tratada, extravasamentos de esgoto e vazamentos de produtos químicos, que podem resultar em alagamentos, danos a propriedades, contaminação ambiental, interrupções prolongadas dos serviços e riscos à saúde pública, exigindo protocolos de resposta rápida, comunicação eficaz com a população, reparação de danos e restauração dos serviços, em alinhamento com as boas práticas de saúde, segurança e proteção da comunidade.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

Os principais riscos e impactos com potencial de afetação das comunidades estão associados às obras de expansão e manutenção de redes, e a construção e manutenção de ETA, ETE e estações de bombeamento. A operação dos ativos traz um rol de riscos e impactos mais limitados, dado que as redes de tubulações são subterrâneas, os ativos possuem acesso controlado, emitem baixos níveis de ruído e odores.

Dado que as obras são geralmente implementadas por empresas terceiras contratadas, a SPE desenvolverá e implementará um Plano Integrado de Gestão de Obras e Tráfego (“PIGOT”), integrando gestão ambiental, saúde e segurança ocupacional e comunitária, sinalização e

¹⁴ P-COR-AMB-005.

controle de tráfego, comunicação social prévia e contínua, e mecanismos de queixas, com diretrizes específicas para identificação e mitigação de riscos em cada obra. O plano será um requisito contratual nos contratos com empresas de engenharia, e incluirá capacitação de equipes internas e de fornecedores antes do início das obras, e preverá o monitoramento, registro de incidentes, ações corretivas e reportes periódicos, de forma a reduzir riscos de acidentes, interrupções de acesso e impactos à população.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

No seu funcionamento normal, os ativos de água e saneamento não geram riscos significativos de afetação de comunidades externas. Contudo, o Cliente implementará um conjunto integrado de ações para remediação de passivos, gestão e segurança de materiais perigosos e proteção das comunidades, com destaque para o Programa de Recuperação de Ativos da Concessão, destinado a prevenir e remover fontes de contaminação de solos e corpos hídricos por resíduos, efluentes e produtos químicos e a implementação integral do procedimento corporativo de gestão de produtos químicos (inventário, rotulagem, armazenamento segregado, contenções, prevenção de vazamentos e resposta a emergências), a priorização de intervenções corretivas em unidades críticas, a regularização e melhoria das condições de armazenamento e manuseio, e a verificação da conformidade ambiental de transportadores e destinadores.

Essas ações serão integradas ao SGAS, articuladas com o PIGOT quando houver obras em áreas urbanas, acompanhadas por capacitação de equipes próprias e terceirizadas, e reportadas periodicamente, de forma a reduzir riscos de acidentes, contaminação ambiental e exposição da população.

4.4.a.iii Serviços do Ecossistema

As operações do Cliente são majoritariamente desenvolvidas em zonas urbanas e não há previsão de afetação material de serviços ecossistêmicos.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

Os impactos do Projeto na saúde da comunidade são benéficos. A universalização do acesso à água potável segura e ao saneamento adequado constitui uma das intervenções mais efetivas em saúde pública, com efeitos diretos, indiretos e sustentados ao longo do tempo. Evidências globais indicam que a ampliação desses serviços está associada à redução significativa da mortalidade e morbidade por doenças evitáveis, especialmente doenças de veiculação hídrica, como diarreias, cólera, febre tifoide e hepatite A, que afetam de forma desproporcional crianças, idosos e populações vulneráveis.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

A SPE desenvolverá e implementará Planos de Preparo e Resposta a Emergências (“PPRE”) específicos para os Sistemas de Abastecimento de Água (“SAA”) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (“SES”), integrados ao SGAS, contemplando cenários críticos com potencial impacto à saúde e segurança da comunidade, responsabilidades, fluxos de comunicação interna e externa, articulação com autoridades competentes, recursos para resposta e ações pós-evento. Em cenários com potencial de afetar comunidades vizinhas aos ativos do projeto, os PPRE deverão considerar o envolvimento das comunidades em ações de comunicação, treinamentos e

simulados, de forma proporcional aos riscos identificados, visando fortalecer a prontidão, a coordenação interinstitucional e a resposta eficaz a emergências.

4.4.b Pessoal de segurança

Os ativos da SPE possuem times de segurança contratados, apoiados por sistemas de vigilância remota (câmeras instaladas nos ativos) interligados ao Centro de Controle de Operações (“CCO”). O uso de vigilância armada não é usual. A gestão da segurança patrimonial do Cliente encontra-se apoiada em práticas operacionais e controles corporativos, incluindo vigilância patrimonial e procedimentos internos, porém sem a evidência de um Plano de Segurança Patrimonial formalizado.

Diante desse contexto, a Companhia desenvolverá e implementará um Plano de Segurança Patrimonial, alinhado ao Manual de Boas Práticas sobre o Uso das Forças de Segurança do IFC, com foco na identificação e gestão dos riscos associados aos serviços de segurança para trabalhadores e comunidades externas, incluindo princípios de proporcionalidade, prevenção de abusos, comunicação adequada, coordenação com autoridades públicas e mecanismos de queixas.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

Para o desdobramento dos investimentos na expansão das redes de água e esgotamento sanitário (“CAPEX”), o Cliente evita desapropriações, tendo atuação focada na aquisição de terrenos ou na cessão voluntária de terrenos públicos por parte de instituições públicas, em processo mediado pelo Poder Concedente. O Cliente está levantando a situação referente à eventual ocupação irregular de ativos do projeto.

Para prevenir riscos eventuais de impactos de deslocamento involuntário ou econômico o Cliente desenvolverá um conjunto de medidas preventivas para evitar e gerir impactos de desapropriação involuntária, deslocamento físico ou econômico e ocupações irregulares, incluindo: i) a elaboração de uma Estrutura de Reassentamento Involuntário e Restauração dos Meios de Vida para uso eventual; ii) o cadastro e monitoramento de ocupações irregulares em ativos e faixas de servidão, iii) o reporte das ações de desocupação; iv) a capacitação de equipes nos requisitos da Norma de Desempenho 5 do IFC (“ND5”), e vi) a integração de critérios sociais no planejamento do CAPEX, assegurando proteção às pessoas potencialmente afetadas.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

Em geral, a expansão das redes e ativos de águas e saneamento se dará em áreas urbanas, motivo pelo qual não se espera que o Projeto venha a gerar impactos significativos sobre a biodiversidade.

Preventivamente, o Cliente desenvolverá medidas para evitar e amenizar impactos sobre a biodiversidade incluindo: (i) um procedimento de análise de alternativas locais e tecnológicas que integrará os aspectos de biodiversidade no processo de tomada de decisões para a localização de novos ativos; (ii) um inventário georreferenciado de áreas sensíveis para facilitar as análises de alternativas; e (iii) diretrizes corporativas para supressão vegetal em obras, recuperação de áreas degradadas e compensações ambientais. Estas medidas visam prevenir impactos sobre a biodiversidade.

4.7 Povos indígenas

O Estado de Sergipe possui uma Terra Indígena oficialmente reconhecida (Caiçara/Ilha de São Pedro, em Porto da Folha) e 4.708 pessoas indígenas, das quais cerca de 7% residem em Terra Indígena, segundo o Censo Demográfico 2022 do IBGE¹⁵. No que se refere às comunidades quilombolas, o IBGE identificou 28.124 pessoas quilombolas no estado (≈1,27% da população), distribuídas em 21 territórios quilombolas oficialmente delimitados, que concentram aproximadamente 45% dessa população.

Dado o foco em zonas urbanas não se espera que o Projeto venha a afetar negativamente povos indígenas ou comunidades quilombolas. De qualquer forma, o Cliente desenvolverá um conjunto de medidas para gerenciar eventuais impactos em povos indígenas que incluem: (i) a triagem sistemática do CAPEX com bases oficiais de terras indígenas e comunidades tradicionais; (ii) a adoção de diretrizes de engajamento diferenciado e de protocolos para consultas culturalmente adequadas, incluindo, quando aplicável, a obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (“CLPI”); (iii) a elaboração de estudos socioambientais específicos com componente indígena; (iv) a contratação de consultores especializados para realizar os estudos; e (v) a implementação de Planos de Gestão Socioambiental, integrados ao SGAS, assegurando a prevenção de impactos adversos, o respeito aos direitos e a gestão adequada de riscos sociais sensíveis.

4.8 Patrimônio Cultural

De forma geral, o Projeto não conta com projeções de obras ou impacto em sítios arqueológicos ou edificações de importância histórica. De qualquer forma, o Cliente desenvolverá: (i) um procedimento formal de achados fortuitos, com definição clara de responsabilidades, paralisação imediata das atividades em caso de descoberta, fluxos de comunicação e articulação com o IPHAN¹⁶; (ii) um programa de capacitação de equipes próprias e contratadas nesse procedimento; (iii) a integração da proteção do patrimônio cultural ao planejamento e à execução das obras; e (iv) o reporte sistemático de eventuais achados e medidas adotadas. Quando aplicável, o Cliente realizará uma avaliação prévia de impactos ao patrimônio cultural e adotará medidas de proteção compatíveis com a legislação vigente, assegurando a prevenção de danos irreversíveis ao patrimônio cultural.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: <https://igua.com.br/sergipe>.

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).